



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL  
**PROCURADORIA REGIONAL ELEITORAL NO RIO GRANDE DO SUL**

**EXCELENTÍSSIMO SENHOR DESEMBARGADOR ELEITORAL RELATOR**  
**EGRÉGIO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO RIO GRANDE DO SUL**

**Processo nº 0600252-72.2024.6.21.0016 - Recurso Eleitoral - PCE**

**Procedência:** 016º ZONA ELEITORAL DE CAXIAS DO SUL

**Recorrente:** ELEIÇÃO 2024 - PAULO ROBERTO LOPES DE MEDEIROS

**Relator:** DES. ELEITORAL FRANCISCO THOMAZ TELLES

**P A R E C E R**

**RECURSO ELEITORAL. ELEIÇÃO 2024. PRESTAÇÃO DE CONTAS DESAPROVADA, COM DETERMINAÇÃO DE RECOLHIMENTO DE R\$ 5.352,86 AO TESOIRO NACIONAL. CANDIDATO DIPLOMADO SUPLENTE A VEREADOR. IRREGULARIDADE NA COMPROVAÇÃO DE DESPESAS COM RECURSOS DO FEFC. AUSÊNCIA DE DETALHAMENTO DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS. DOCUMENTAÇÃO APRESENTADA SOMENTE APÓS A SENTENÇA, QUE NÃO CORRIGE A FALHA. PARECER PELO DESPROVIMENTO DO RECURSO.**

**I - RELATÓRIO**

Trata-se de recurso eleitoral interposto por PAULO ROBERTO LOPES DE MEDEIROS, diplomado [suplente](#) ao cargo de Vereador de Caxias do Sul, contra sentença que julgou **desaprovada** sua prestação de contas relativa à arrecadação e à aplicação de recursos em sua campanha, na Eleição 2024.



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL**  
**PROCURADORIA REGIONAL ELEITORAL NO RIO GRANDE DO SUL**

Lê-se no dispositivo da sentença (ID 45927997):

Ante o exposto, julgo DESAPROVADAS as contas de PAULO ROBERTO LOPES DE MEDEIROS, candidato a vereador no município de Caxias do Sul/RS, referente às Eleições Municipais de 2024, nos termos do art. 30, inciso III, da Lei n. 9504/1997, e do art. 74, III, da Resolução 23.607/2019, ante os fundamentos declinados.

Ainda, INTIMO o candidato para que, no prazo de 5 (cinco) dias após o trânsito em julgado, efetue o recolhimento de R\$ 5.352,86 (cinco mil, trezentos e cinquenta e dois reais e oitenta e seis centavos) ao Tesouro Nacional, com fundamento no art. 21, § 4º, e art. 32 da Resolução TSE n. 23.607/2019, sob pena de remessa dos autos à representação estadual ou municipal da Advocacia-Geral da União, para fins de cobrança.

A desaprovação, em consonância com a manifestação do órgão ministerial de primeiro grau (ID 45927996), fundamentou-se nas irregularidades descritas pelo examinador técnico no parecer conclusivo (ID 45927994), conforme se verifica nos trechos da sentença abaixo transcritos:

(...) Na tabela comparatória constante do item 4.1.1 do parecer conclusivo ID 126916674, é possível se verificar a discrepância nos valores pagos a cada um dos contratados, já que todos desempenharam a mesma função, com mesma carga horária diária e trabalharam entre 2 e 4 dias, com exceção de Melina Tenedine Costa, que recebeu o maior valor (R\$ 1.810,00) mas trabalhou de 09 de setembro de 2024 a 05 de outubro de 2024. BRUNO BORGES DE MEDEIROS recebeu o mesmo valor e exerceu a mesma função mas trabalhou somente 3 dias. RUBIA DANIELA BOEIRA BORGES também trabalhou somente 2 dias e recebeu R\$ 1.740,00. Por fim, ANDRE ANGELO DE BRITO recebeu R\$ 1.402,86 também por 2 dias contratados.

Os demais exerceram a mesma função e carga horária diária, conforme cláusula 1ª dos contratos anexados ao processo, mas receberam entre R\$ 140,00 e R\$ 280,00, ou seja, uma diferença enorme que não restou devidamente explicada pelo candidato.

Assim, por falta de justificativa dos valores pagos aos contratados BRUNO



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL**  
**PROCURADORIA REGIONAL ELEITORAL NO RIO GRANDE DO SUL**

BORGES DE MEDEIROS, RUBIA DANIELA BOEIRA BORGES e ANDRE ANGELO DE BRITO, já que receberam valores muito acima que os demais contratados para realização das mesmas tarefas, mesma carga horária e mesmos dias contratados, deve o valor de R\$ 4.952,86 ser recolhido ao Tesouro Nacional, já que recursos do FEFC foram aplicados irregularmente.

O outro apontamento diz respeito à falta de comprovação da utilização de R\$ 400,00 de créditos de impulsionamento feitos junto ao Facebook. Intimado, o candidato informou não ter encontrado a nota fiscal respectiva. Carece, assim, de comprovação. (...)

Por fim, verifica-se que o candidato arrecadou R\$ 12.060,00 e que as irregularidades, no total de R\$ 5.352,86, representam 44,38% dessa quantia. Assim, conforme jurisprudência do egrégio Tribunal Regional Eleitoral, sendo ultrapassado o percentual de 10%, inviabiliza-se a aplicação dos princípios de razoabilidade e proporcionalidade para aprovação das contas com ressalvas, impondo-se a desaprovação, bem como o recolhimento, ao Tesouro Nacional, do valor de FEFC aplicado irregularmente.

Irresignado, PAULO recorre objetivando a reforma da sentença “para julgar as contas eleitorais aprovadas com ressalvas, determinando o recolhimento, ao Tesouro Nacional, apenas do valor de R\$ 400,00...”. Em suas razões, argumenta que as partes possuem autonomia para fixação da remuneração; que Bruno, Rubia e André prestaram serviços por período superior àquele inicialmente previsto, juntando declarações deles nesse sentido (ID 45928004); que a falta de aditivo contratual é mera falha formal, que não compromete a regularidade dos gastos; e que a lógica e a boa-fé indicam que os valores pagos correspondem a uma prestação contínua e necessária à campanha, especialmente considerando que o candidato permaneceu trabalhando durante esse período (folha-ponto anexada ao recurso - ID 45928005). Assim, levando em conta que, com a exclusão das despesas com os prestadores de serviços, o



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL**  
**PROCURADORIA REGIONAL ELEITORAL NO RIO GRANDE DO SUL**

montante irregular passa a ser diminuto, sustenta a aplicação do princípio da proporcionalidade para o fim de aprovar as contas com ressalvas.

Após, os autos foram encaminhados a esse egrégio Tribunal e deles dada vista a esta Procuradoria Regional Eleitoral.

É o relatório. Passa-se à manifestação.

## **II - FUNDAMENTAÇÃO**

Não assiste razão ao *Recorrente*. Vejamos.

A insurgência recursal refere-se à desaprovação das contas em razão, essencialmente, da falta de justificativa dos valores - bem superiores aos demais prestadores de serviços - pagos aos contratados Bruno, Rubia e André. Essa irregularidade foi detectada na primeira análise técnica e constou no relatório preliminar de exame das contas (ID 45927986), inclusive com referência à possibilidade de parentesco entre o candidato e os nominados prestadores.

A explicação trazida em sede recursal - no sentido de que eles (Bruno, Rubia e André) trabalharam por um período maior -, contudo, não foi apresentada na oportunidade que o candidato teve de se manifestar após àquela constatação inicial e antes da sentença (ID 45927990). Naquela ocasião, PAULO limitou-se, sobre essa questão, a afirmar a realização do serviço e colacionar fotografias tendentes a demonstrar a panfletagem.



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL  
PROCURADORIA REGIONAL ELEITORAL NO RIO GRANDE DO SUL

A alegação de que Bruno, Rubia e André prestaram serviços por período maior do que aquele inicialmente acordado, por conseguinte, configura inovação recursal, dificultando sobremaneira a devida fiscalização das contas, na medida em que suprime dos órgãos da Justiça Eleitoral de primeiro grau - mais próximos da realidade fático-cultural local e com o auxílio do setor técnico - a possibilidade de análise adequada da prestação.

A nova argumentação, de todo modo, não foi devidamente comprovada. Isso porque as declarações anexadas ao recurso, produzidas após a sentença, embora refiram um período de trabalho efetivamente superior ao inicial constante dos instrumentos de contrato, não estão acompanhadas de elementos probatórios seguros e contemporâneos aos fatos, nem esclarecem a carga horária desempenhada e o local, em violação ao que dispõe o §12, art. 35, da Res. TSE nº 23.607/19:

Art. 35. São gastos eleitorais, sujeitos ao registro e aos limites fixados nesta Resolução (Lei nº 9.504/1997, art. 26): (...)

§ 12. As despesas com pessoal devem ser detalhadas com a identificação integral das pessoas prestadoras de serviço, dos locais de trabalho, das horas trabalhadas, da especificação das atividades executadas e da justificativa do preço contratado.

Dessa forma, deve ser mantida essa irregularidade, no valor de R\$ 4.952,86, e também aquela não impugnada, atinente à falta de comprovação da utilização de R\$ 400,00 de créditos de impulsionamentos feitos junto ao Facebook.

A soma das irregularidades alcança valor superior a **R\$ 1.064,10** e perfazem **44,38%** dos recursos arrecadados, inviabilizando, na linha da jurisprudência



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL  
**PROCURADORIA REGIONAL ELEITORAL NO RIO GRANDE DO SUL**

dessa egrégia Corte Regional<sup>1</sup>, a aplicação do princípio da proporcionalidade para o fim de aprovar as contas com ressalvas.

Portanto, não deve prosperar a irresignação, mantendo-se a sentença pela desaprovação das contas, nos termos do art. 74, inciso III, da Resolução TSE n. 23.607/2019.

### III - CONCLUSÃO.

Ante o exposto, o **Ministério Público Eleitoral**, por seu agente signatário, manifesta-se pelo **desprovemento** do recurso, com a manutenção da **desaprovação das contas** e da determinação de recolhimento de **R\$ 5.352,86** ao Tesouro Nacional.

Porto Alegre, 4 de junho de 2025.

MARIA EMÍLIA CORRÊA DA COSTA  
Procuradora Regional Eleitoral Auxiliar

<sup>1</sup> <https://www.tre-rs.jus.br/jurisprudencia/emtema-novo/prestacao-de-contas-eleitorais-candidatos/irregularidade-valor-irrelevante-percentual-infimo>